

DA INFÂNCIA “DESVALIDA” À INFÂNCIA “DELINQUENTE”: FORTALEZA (1865-1928)*. Josinete Lopes de Souza (Professora Departamento de História da Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho – UNICAMP).

Nesse trabalho refletimos sobre a construção da imagem de infância “delinquente” na cidade de Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX. No rastro dessa imagem, procurou-se dialogar com outras imagens de infância que estabeleciam profundas diferenciações em relação às experiências vividas pelas crianças pobres nas ruas da cidade, em meio às recentes intervenções urbanizadoras empreendidas pelas elites locais nesse período. Nesse sentido, as imagens de infância “desvalida”, de “filhos de família”, infância “angelical” e “moralmente sã”, concorriam para enfatizar a imagem de infância “vagabunda”, “ociosa”, “criminosa”, que fluía quotidianamente dos jornais e dos registros policiais e que, no final da década de 20 deste século, já era denominada de infância “delinquente” pelo poder público.

Assim, procurou-se compreender como esses registros atuaram na criminalização das atitudes e comportamentos das crianças pobres que “perambulavam” pelas ruas da cidade, atribuindo-lhes o significado de grave problema urbano e ameaça ao “progresso” da cidade. Procurou-se ainda extrapolar os limites desse “jogo” de imagens através de uma maior aproximação com o cotidiano vivido por essas crianças nas ruas da cidades.

No primeiro capítulo, *“Infância ‘desvalida’: secas epidemias e orfandade em Fortaleza na segunda metade do século XIX”*, discutimos a imagem de infância desvalida, predominante na documentação oficial durante a segunda metade do século XIX. Percebemos que essa imagem referia-se, geralmente, à criança órfã e que o termo “desvalido”, longe de significar apenas uma mera adjetivação, apontava para determinadas maneiras de entender e assistir às crianças órfãs ou “paupérrimas”, que “perambulavam” pela cidade nesse período.

Para esse fim, privilegiamos as Mensagens e Relatórios dos Presidentes da Província (1873-1889), Mensagens e relatórios dos Presidentes do Estado (1890-1912). A essa documentação oficial fomos articulando um conjunto muito mais diversificado e fragmentado de outras fontes (alguns textos literários e jornalísticos e regulamentos de algumas instituições assistenciais) que nos ofereciam uma série de pequenos indícios, a partir dos quais foi possível tecer uma compreensão sobre as condições sociais que deram sentido à emergência da preocupação com a infância órfã ou desvalida na cidade nesse período.

* Resumo da dissertação de mestrado em História Social, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em outubro de 1999.

Observamos que a preocupação com essas crianças tornou-se mais evidente durante a grande seca de 1877-79, que, associada às epidemias, resultou, entre outras seqüelas, num grande contingente de crianças órfãs na cidade. É nesse período que a questão da orfandade e do abandono das crianças pobres adquiriu o significado de grave problema urbano a ser solucionado pela intervenção dos poderes públicos.

Se por um lado, a imagem de infância desvalida se diferenciava da imagem de infância delinqüente, por outro lado, já anunciava o sentido que tomaria a assistência à criança pobre no século seguinte, preconizada em termos da formação moral através do trabalho e de uma rígida disciplina.

No segundo capítulo, “*A construção da infância ‘delinqüente’ em Fortaleza no início do século XX*”, procuramos compreender algumas transformações significativas nas imagens que foram sendo construídas em torno das crianças pobres e “desvalidas” que continuavam a ocupar as ruas da cidade durante as primeiras décadas do século XX. No rastro dessa imagem, uma outra imagem foi tomando contornos cada vez mais nítidos nesse período: a imagem de infância delinqüente.

Através de um conjunto diversificado e, muitas vezes, fragmentado dos registros produzidos pelos “olhares” que se voltaram para essas crianças, perseguimos a constituição de uma determinada imagem dessa infância desamparada: aquela que a situava no âmbito da delinqüência e da criminalidade e que acabou por se sobrepôr a todas as outras imagens a partir das primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, os jornais foram, ao mesmo tempo, o seu testemunho e um dos lugares de sua produção.

Observamos, entretanto, que essa imagem de infância delinqüente, tal como foi produzida através da imprensa, não se efetivou necessariamente em contraposição à imagem de infância desvalida, mas, principalmente, a uma outra imagem que era a da infância idealizada nos discursos reformadores e civilizadores dos republicanos vitoriosos. Esta imagem de infância idealizada fluía de uma ampla (re) significação da infância, à qual era atribuída um lugar privilegiado na formação da nação republicana. Ou seja, a infância passou a ser objetivada pelo discurso político e como tal devia ser preparada e encaminhada para determinados fins preestabelecidos. Para ser útil à nação, como pretendiam os republicanos de então, a criança deveria ser obediente, ordeira, estudiosa, saudável – física e moralmente –, submissa ao destino que os adultos desejassem impor-lhe, entre outros atributos.

É, pois, em oposição a essa imagem que foi tecida a imagem de criança delinqüente, perigosa e potencialmente criminosa. Nessa construção, os políticos profissionais não estavam sozinhos, mas fortemente amparados por toda uma rede de saberes (jurídico, médico, higienista,

pedagógico, psicológico, etc.) que se voltaram para a questão da infância, particularizando-a enquanto experiência diferenciada do mundo dos adultos. Na rede desses saberes, o saber médico e jurídico assumiram uma importância crucial na produção da criança delinqüente e criminosa. Procurou-se, então, compreender a rede de significados e de condições sociais que deram sentido a essa maneira de conceber as crianças pobres, cuja presença nas ruas foi sendo cada vez mais percebida como imprópria, incômoda e prejudicial.

No terceiro capítulo, “*A criança e a rua: um caso de polícia*” procuramos atravessar esse perverso jogo de imagens rumo a uma possível compreensão da experiência dessas crianças pobres que insistiam em imprimir à cidade as suas marcas e refletir mais especificamente sobre as experiências vividas pelas crianças nas ruas de Fortaleza às quais tanto se referiam os jornais nas primeiras décadas do século XX.

Nos jornais desse período, vimos que a multiplicidade e legitimidade dessas experiências eram muitas vezes ocultadas por um discurso que procurava homogeneizar os sujeitos e as suas vivências na cidade, ao mesmo tempo que lhes conferiam um significado essencialmente criminalizador.

Ao nos determos nos discursos que construíam a imagem de infância delinqüente, não pudemos nos contentar apenas com os indícios que eles deixavam “escapar” sobre as experiências vividas por essas crianças naquele período.

Podemos dizer que desse descontentamento nasceram todas as “inflexões” que conseguimos fazer entre os discursos produzidos pelas elites e os vestígios dessa vivência infantil. Estes últimos, extremamente dispersos e fragmentados até a primeira década do século XX.

Apesar disso e seguindo alguns indícios que esse mesmo discurso deixava “escapar”, fomos em busca de outros “registros” dessas experiências. Como não podia deixar de ser, tendo em vista que lidamos com crianças dos segmentos mais pobres da população, acabamos nos deparando com um conjunto de fontes policiais.

Levando-se em conta todas as implicações metodológicas que esse tipo de fonte oferece à construção de uma interpretação histórica das experiências vividas por esses segmentos da população, foi através desses registros policiais que conseguimos uma compreensão mais ampla da experiência das crianças pobres pelas ruas da cidade e das tensões sociais que compunham essa vivência.

Para os limites de nossa investigação, nos detivemos nos Livros de Rol dos Culpados (1913-1916; 1920-1926) e Livros de Queixas (1920-1923; 1928-1929) e alguns Relatórios dos delegados e chefes de polícia desse período. Se por um lado essa documentação, produzida no âmbito das

Delegacias de Polícia, se constituiu no registro mais imediato e superficial das ocorrências envolvendo essas crianças, por outro lado, possibilitaram avançar na compreensão das suas experiências cotidianas em meio aos investimentos moralizadores dirigidos a elas nesse período.

Dessa maneira, foi possível estabelecer um diálogo entre a condição e inserção social dessas crianças na vida da cidade e a ação policial que lhes era dirigida.

Levando em conta essa documentação policial observamos que, as crianças pobres foram sendo entendidas cada vez mais como um grave “problema urbano”. Curiosamente, no momento em que se “descobriu” a presença das crianças nas ruas da cidade, nasceu também o desejo de excluí-las desse espaço.

Se, em meados do século XIX, essa intenção esteve muito mais direcionada às crianças órfãs ou “desvalidas” (desamparadas, desgraçadas, infelizes, sem valimento), nos discursos produzidos no início do século XX, foi possível perceber o quanto esse desejo de subtrair as crianças das ruas havia se ampliado.

Assim, das tensões produzidas entre os usos que as crianças faziam dos espaços “remodelados” da cidade e os usos exclusivamente “elegantes” e “civilizados” que as elites procuravam impor a esses mesmos espaços, emergia a cada dia uma imagem de infância a princípio definida como vagabunda, ociosa, desocupada, que aos poucos vai sendo transformada em perigosa, delinqüente e criminosa.

Nesse sentido, foi possível perceber que esse cotidiano estava muito distante daquele que geralmente era descrito no caso das crianças das classes mais abastadas, restrito aos estudos e brincadeiras. De fato, encontramos crianças envolvidas numa densa rede de sobrevivência que podia envolver, além dos mais variados tipos de trabalho, a mendicância, a prostituição, a prática de pequenos furtos, associadas invariavelmente, a muitas brincadeiras e “traquinagens”.

Se, naquele período, o trabalho infantil não despertava quase nenhuma crítica, as brincadeiras, “traquinagens” e as chamadas ocupações “ilícitas” eram quotidianamente condenadas nos principais jornais da cidade.

Assim, as experiências dessas crianças eram cada vez mais associadas à criminalidade e delinqüência, o que em última instância justificava as intervenções policiais e o tipo de assistência dirigida a elas.

Os olhares que se voltaram para as crianças pobres no início do século XX acabaram fundando uma compreensão extremamente preconceituosa e excludente dessas crianças no espaço urbano. Tal compreensão, com seus extensos desdobramentos na atualidade, permite que a maioria das pessoas assista com relativa indiferença a permanência do trabalho infantil, o confinamento de

crianças e adolescentes em “internatos-prisões” e, no extremo, a chacina impune desses jovens habitantes das cidades no início deste século.

BIBLIOGRAFIA RESUMIDA

ARIÉS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

ASSIS, Márcio Branco de. *A criança e a ordem: teoria e prática jurídica no tratamento da criança desviante na Belle Époque carioca*. São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado em História – FFLCH-USP.

BARBOSA, Francisco Carlos J. *A Força do Hábito: Condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900-1930)*. Fortaleza, 1997: Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFC.

BARBOSA, Marta Emíssia J. *Cidade na Contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado em História Social – PUC/SP.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. (Tradução de Marcus Vinicius Mazzari). São Paulo: Summus, 1984.

BRITTO, José Gabriel de Lemos. *As leis de menores do Brasil (páginas de críticas e doutrina)*. Rio de Janeiro: Typographia da Escola de Preservação 15 de Novembro, 1929.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1970.

CHAVES, José Olivenor Souza. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Recife, 1995. Dissertação de mestrado em História – UFPE.

CORDEIRO, Celeste. *Brinquedos da memória: a infância em Fortaleza no início do século XX*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

DEL PRIORE, Mary. (org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4^a ed., 1996.

D'INCAO, Maria Ângela. (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 2^a ed., 1986

FREITAS, Marcos Cezar (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 1997.

GHIRALDELLI Jr., Paulo (org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

GIRÃO, Raimundo. *Cidade de Fortaleza (Filmagem histórica)*. Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1945.

_____. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2^a ed. Fortaleza: BNB, 1979.

- _____. *Fortaleza e a crônica histórica*. 2^a ed. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar – Programa Editorial, 1997.
- LAVORATO Jr., Savério. *Mal amados, insubmissos e infratores: menores delinquentes entre práticas e representações jurídicas e assistenciais (1920-1956)*. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado em História – PUC/SP.
- LEAL, Aurelino de Araujo. *Annaes da Conferência Judiciária-Policia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, vs. 1 e 2.
- LEITE, Lígia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPUB, 1998.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- MENEZES, Antonio Bezerra de. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.
- MONCORVO FILHO, Arthur. *Histórico da proteção à infância no Brasil. 1500-1922*. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926. (Departamento da Criança no Brasil).
- NETTO, Luiz Roberto. “Por debaixo dos panos – A máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930)” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 88/fev. 1999, v. 9, n.º 17.
- NEVES, Frederico de Castro. “Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995, v. 15, n.º 29.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. “As crianças da Petite-Roquette” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 88/fev.89, v.9, nº 17.
- PILOTI, Francisco, RIZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora Ltda., 1993.